

# O DISCURSO SOBRE A MULHER NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE AA ONU E DAS MULHERES PALESTINIANAS

Claudia Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O que esta pesquisa se propõe a entender é como a mulher vem sendo colocada como sujeito histórico no século XXI por organizações internacionais, notadamente a ONU e a ação da mulher no conflito Árabe-Israelense. A partir de uma leitura de gênero da ONU, a hipótese é de que a postura da ONU em certa medida é machista, principalmente com relação aos conflitos e o papel da mulher, que é excluída das posições de combate e realocada em posições relacionadas às missões de paz. A pesquisa também analisará os documentos da ONU referentes ao conflito da Palestina através do NVIVO.

**Palavras-Chave:** Palestina. Mulher. Organizações Internacionais. Oriente Médio.

**Abstract:** What this research aims to understand is how the woman is being placed as a historical subject in the XXI century by international organizations, notably the UN and the role of women in the Arab-Israeli conflict. From a reading of gender UN, the hypothesis is that the stance of the UN to some extent is sexist, especially in relation to conflict and the role of women, who are excluded from combat positions and relocated in positions related to missions peace. The research will also examine the documents of the UN regarding the Palestinian conflict through NVIVO.

**Keywords:** Palestinian. Women. International Organizations. Middle East.

## 1 Introdução

O tema debatido nesta pesquisa é *A mulher nas Organizações Internacionais* a partir da análise do caso da *Mulher na Palestina* e o seu papel no processo de reconhecimento do Estado. A minha presente pesquisa tem como objetivo geral de pesquisa buscar corroborar a hipótese por meio de uma análise qualitativa de dados de que a ONU reproduz um discurso essencialista de gênero, no qual a mulher se apresenta como restauradora da paz, mas é desconhecida dentro processo de segurança de um país, ou como no caso da Palestina, como um sujeito dinâmico que contribui para o desenvolvimento da questão da Palestina e sua resolução.

O problema de pesquisa se concentra em duas vertentes. Primeiramente, com relação à Organização das Nações Unidas (ONU), que é dentre as Organizações Internacionais a que mais abriu espaço para a luta pela plena igualdade entre os sexos. E segundo, a questão da Palestina e o papel da mulher no reconhecimento do Estado. A primeira hipótese diz respeito ao possível papel essencialista da ONU ligado à Segurança Nacional e ao papel social da mulher por meio da reprodução hétero normativa de suas resoluções, no qual “o uso do termo gênero está amplamente associado à inclusão de mulheres nas missões de paz” (REBELO, 2012). Emergindo então, questões como: Por que as mulheres encontram-se majoritariamente em missões de paz, mas minoritariamente em cargos referentes aos processos de decisão, bem como nas Forças Armadas de um país? A segunda hipótese tem como objetivo verificar a primeira hipótese, ao apresentar a mulher na questão da Palestina, como um sujeito ativo e de suma importância no processo de reconhecimento do Estado da Palestina, não somente como restauradora da paz em um período pós-reconhecimento que enquadraria a resolução da questão da Palestina. E apresentar a partir da análise das resoluções da ONU desde 1946 até 2013 que a preocupação se restringe na questão da Palestina aos refugiados e muito pouco se foca na resolução efetiva do conflito.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais (UNINTER) e em Ciências Sociais (UFPR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Noblesse d'état: Gênese e estrutura do campo diplomático brasileiro. Email: madamebutterfly.c@gmail.com

A justificativa do trabalho se baseia na particularidade dos processos contemporâneos e nas variáveis domésticas e sistêmicas relativas às questões de mudança que neste caso indica a necessidade de “que se crie um novo modelo estrutural político e social que seja alternativo ao atual mundo consolidado sobre pilares patriarcais de conduta.” (SANTOS, 2012, p. 116). Sendo que seu estudo está relacionado à área acadêmica de Relações Internacionais pelo fato de abordar o feminismo como um movimento ligado à corrente pós-positivista que se contrapõe ao realismo, e busca rever as construções sociais de gênero. É neste ponto que a questão de gênero torna-se relevante para a política internacional, visto que Pateman (1989) afirma que o feminismo propõe novas teorias que desafiam a teoria política moderna patriarcal, para que se repense as premissas da teoria política e seus respectivos argumentos.

Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica, visando alcançar os objetivos que foram propostos a partir de uma pesquisa descritiva, qualitativa e analítica. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica para descrever a relação da mulher palestina e a nação, a fim de encontrar indícios de que seria possível compreendê-la como sujeito capaz de contribuir para a autodeterminação do país, bem como análise da bibliografia acerca do essencialismo na questão de gênero e das mulheres nas Organizações Internacionais. A pesquisa também analisará os documentos da ONU referentes ao conflito da Palestina através do NVIVO por meio do mecanismo de “frequência de palavras” do NVIVO que consiste em um programa de análise qualitativa de dados. A pesquisa foi em grande parte realizada por meio da compra de livros nacionais e internacionais.

## 2 A Teoria Feminista em Relações Internacionais

A abordagem do feminismo dentro das relações internacionais constitui um aparato teórico dentro das ciências humanas, como um todo, designada pela “integração inovadora entre consciência intelectual analítica de uma categoria empírica – a mulher – com a consecução de uma longa jornada de atividade política, que visava se referir a uma declarada necessidade de transformar intensamente a concepção do papel histórico desse objeto e sujeito de estudos” (COSTA, 2009, p. 207).

O debate acerca do feminismo surge na década de 80 integrando o terceiro debate de relações internacionais denominado como pós-positivismo. Quanto aos feminismos ligados as correntes de estudo das Relações internacionais, Oliveira (2011) apresenta: o feminismo liberal, o marxista, o radical, o socialista, o psicanalista, o existencial e o pós-moderno. No feminismo liberal, a mulher busca a sua igualdade entre o gênero masculino e feminino. Sendo que para o marxismo a origem desta desigualdade está no sistema de classes ligado ao capitalismo. O feminismo radical tem como pressuposto central para tecer uma crítica à sociedade, o patriarcalismo, já o feminismo socialista busca superar as opressões de gênero e classe. O feminismo psicanalítico explica que a problemática de gênero se encontra na distribuição de papéis sociais e o feminismo existencial trata das “verdades universais”, muito ligadas ao essencialismo, ao natural, é quando surgem as teorias pós-modernistas que contrastam com este paradigma propondo uma visão de diversidade cultural.

Para Tadjbakhsh (1965) o feminismo desafia a doutrina realista do Estado, no qual a figura central e ator principal é o “homem soberano” que é o símbolo do poder, o feminismo desta forma culpa o realismo por endossar um entendimento “masculinista” do mundo e de status do homem. Neste sistema patriarcalista o “homem soberano” faz as escolhas racionais e legitima a violência, as mulheres são excluídas e controladas direta, através da violência física, ou indiretamente, pelas concepções e ideologias que endossam papéis diferentes. O feminismo tem desafiado a visão do militarismo como defensor do interesse nacional, e afirma que a segurança do Estado também deve envolver estratégias não militares de negociação. “Feminist geopolitics is not an alternative theory of geopolitics, but an approach to global issues with feminist politics in mind” (Tadjbakhsh, 1965).

Tickner (1996 apud , 2011, p. 105), ao contrapor a teoria realista de Morgenthau com o feminismo, propõe ao realismo político uma multidimensionalidade e contextualidade do interesse nacional, indo para além dos termos de poder e de militarismo relacionado à segurança nacional, pois o poder enfatiza

a masculinidade, a opção seria então levar em consideração uma agenda internacional, no qual as diversidades culturais e históricas fossem levadas em consideração, neste caso a feminilidade.

Para Raimundo Batista dos Santos Júnior (2011), a questão de gênero está intimamente ligada à política doméstica dos Estados Nacionais, no que se refere à sua ordem, ou seja, liberdade, justiça social, não violência, etc. As mulheres durante a história participaram de diversos movimentos importantes, como do sufrágio universal, e agora apresentado, no caso do movimento nacionalista das mulheres palestinas, que como particularidade não busca apenas uma liberdade de gênero, mas a liberdade da nação.

Tickner explica que por alguma razão historicamente, a maioria dos movimentos pela paz estaria desproporcionalmente ligada às mulheres. Desta forma, “[...] a associação dos homens com as ‘realidades’ da guerra e das mulheres com uma noção ‘idealística’ de paz reforça as hierarquias de gênero (PASSOS, 2011, p. 162).

Para Keohane (2011), a teoria feminista contribui a partir de suas experiências marginais à vida política, como um modo de observar questões sociais que podem ser relevantes à política mundial. Ainda em relação à contribuição do feminismo ao estudo de Segurança Nacional pode-se dizer que “Elas nos permitem ver que a visão realista de segurança nacional é construída a partir de um discurso masculinizado, que enquanto visão parcial da realidade é tomada como universal. As definições de segurança destas mulheres são de vários níveis e multidimensionais” (TICKNER, 1992 apud OLIVEIRA, 2011, p. 62).

Segundo TICKNER (1992 apud OLIVEIRA, 2011, p. 63), há dentro do estudo de Relações Internacionais uma construção hegemônica acerca das características do masculino e do feminino, no qual o homem é o guerreiro, o soldado, o defensor e o viril, enquanto a mulher possui como característica a fragilidade, a sensibilidade e o idealismo. Para Sheila Rowbotham (1983, p. 12), no mundo contemporâneo há a necessidade de haver uma mudança cultural que negue a concepção de masculinidade e virilidade do homem, que moldam as sociedades. Levando em consideração que a ascensão da mulher também pode estar ligada a outros excluídos como negros, homossexuais, etc.

As indeterminações do conceito de gênero presente nos debates feministas contemporâneos podem dar margem a se pensar no fracasso do feminismo, mas o que devemos nos ater é como lidar melhor com esses problemas. Com relação ao sujeito, neste caso a mulher, Butler (2013) diz que a sua construção política está ligada a objetivos de legitimação ou exclusão, e como base para isto estão as teorias jurídicas, ou normas jurídicas, o que se adequa ao caso da ONU, pois ela legitima discursos e os institucionaliza por meio de resoluções internacionais que posicionam os sujeitos da sociedade civil de modo essencialista de acordo com as suas decisões, sem que se haja um debate conceitual em suas tomadas de decisão.

Esta forma de teoria feminista que propõe o universal como ponto de partida para explicar a opressão de gênero, foi criticada por tratar de um modo de “colonizar e se apropriar de culturas não-Ocidentais, instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, e também por tender a construir um ‘terceiro mundo’ ou mesmo um ‘oriental’ em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental” (Butler, 2013, p. 210). A teoria feminista muitas vezes inferiu na presunção de colocar a noção de patriarcado como uma noção universal, o que anularia e ou reduziria expressões das mais diversas acerca das assimetrias referentes ao gênero em diferentes contextos culturais. Ao se pensar em uma natureza sexuada antes da lei, pensa-se também que “a lei patriarcal não é universalmente válida e determinante de tudo” (BUTLER, 2013, p. 67). Isto porque se o gênero é construído, não

há nada para fora dele, nada pré-cultural que sirva de ponto de partida para uma epistemologia das relações de gênero existentes.

Com relação à questão da Palestina, Said (2012) aponta que esta questão exige que os palestinos como um povo persigam o seu ideal de reconstrução da nação, sendo responsabilidade dos demais atores do cenário internacional “reconhecer, observar e assegurar” que este fato aconteça. No que diz respeito à territorialidade da Palestina, o litígio se dá por conta do jogo das nações, no qual Israel “reclama o domínio não partilhável da terra” (SAID, 2012).

Quanto ao contexto social internacional, Jill Steans (1998 apud OLIVEIRA, 2011, p. 65) aponta “a importância que a mulher tem na construção e sustentação do papel do Estado, como na formação de uma nação por meio do nacionalismo” (STEANS, 1998 apud OLIVEIRA, 2011, p. 65). Partindo de Jill Steans que se entra na questão da importância da mulher palestina, por meio do movimento nacionalista das mulheres palestinas que contribuiu para o reconhecimento do Estado da Palestina.

De forma breve, segundo Dayan-Herzbrun (1995) o sentimento nacional palestino ou o nacionalismo palestino surge na segunda parte do século XIX “de uma tríplice oposição: ao império otomano e depois, ao sionismo e à colonização britânica” (DAYAN-HERZBRUN, 1995, p. 176). As primeiras associações palestinas femininas datam de 1903 e eram formadas por burguesas cristãs que haviam sido educadas nas escolas de missionários. Quando há em 1917 a declaração de Balfour, no qual há na Palestina a instalação de um núcleo judeu apoiado pela Inglaterra, as mulheres se engajaram no movimento nacionalista, muitas ainda se comediam quanto ao ato de se manifestar, sendo que no ano de 1929, nove manifestantes mulheres foram mortas por forças britânicas.

Dentro da narrativa nacional da Palestina o protesto das mulheres se pautava no seguinte slogan “Nós mulheres não somos menos nacionalistas que os homens”. Essa concepção vai ao encontro da seguinte frase que diz: “O “mártir” é um herói masculino, cuja morte gloriosa acentua sua identidade: seu nome é celebrizado e seu retrato se torna visível nas casas ou ruas. O sacrifício das mulheres não tem rosto” (DAYAN-HERZBRUN, 1995, p. 180). A busca era por um reconhecimento do movimento das mulheres palestinas no envolvimento da luta nacional do seu povo, sendo que o movimento das mulheres palestinas situa-se em um contexto de nacionalismo, feminismo e colonialismo. “Palestinian women’s participation in the nationalist struggle had been perceived as a “necessary [albeit] not sufficient condition” for their emancipation as woman” (FLEISCHMANN, 2003, p. 6).

### 3 A QUESTÃO DE GÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

As teorias de análise usualmente utilizadas para o estudo de gênero e organizações são o feminismo, o pós-estruturalismo, a crítica pós-moderna, a teoria crítica e o construtivismo que têm como característica em comum a desconstrução do discurso dominante. Neste caso, poder-se-ia citar a exclusão da mulher das posições de poder, o que rotineiramente reforça a desigualdade de gênero através do discurso de masculinidade. Se levarmos em conta que o feminino e o masculino são construções sociais e o gênero é cultural, a hipótese de que a ONU é essencialista diz respeito à universalização dos papéis femininos dentro da organização.

Segundo Melissa Tyler (2011), a primeira crítica feminista pós-modernista feitas às organizações é quanto ao seu caráter neutro em relação ao gênero. Para as feministas pós-modernistas se o gênero é construído discursivamente, então o gênero pode ser reconstruído e formar novas

relações de poder através de uma nova forma de pensar que não transforme status de gênero em universais.

Para Emma Jeanes (2011), as organizações em partes criam ou reproduzem disparidades de gênero quando negam às mulheres oportunidades, poder e controle sobre os meios, no sentido de que este tipo de prática é reforçada por estereótipos e ideologias de gênero. Um dos motivos apresentados pela autora para que as mulheres não obtivessem igualdade em relação aos homens nas organizações em geral, não somente as internacionais, seria que talvez as feminilidades e as mulheres fossem estigmatizadas devido as conotações culturais antiéticas da prática e do discurso capitalista/neoliberal no qual as mulheres seriam fracas, submissas, emotivas e muito ligadas à sexualidade e à aparência, enquanto aos homens o estereótipo seria de força, dominação, decisivo, racional e controlado. Sendo assim, a autora salienta que a capacidade destes estereótipos em influenciar percepções e ações não deve ser subestimada.

O gênero como parte de uma problemática de natureza sistêmica que segundo Jeanes (2011) desafia o neoliberalismo como princípio para relações sociais e dinâmicas contemporâneas, demonstra que “As corporations, the United Nations, and military organizations (national and multinational) confront gender, we urge them to dedicate resources to the creation of fairness and justice for all” (JEANES, 2011).

Para Joan Acker (2011) há algumas características relativas a desigualdade de gênero que podem ser encontradas em qualquer organização que seria: as bases da desigualdade; os processos e práticas da organização que criam e mantem ou mudam as desigualdades; a visibilidade da desigualdade; a legitimidade da desigualdade; mecanismos de controle e observação e interesses que competem em mudar ou manter desigualdades. Para a autora o debate acerca da questão de gênero nas corporações multinacionais e transnacionais advém da importância que estas possuem em influenciar as relações e as dinâmicas globais, no caso das Nações Unidas por meio da sua formulação de políticas globais oriundas do período Pós Segunda Guerra Mundial e que tem impacto sobre os Estados-Nações. Deste modo, o objetivo das organizações internacionais é dar conta dos fenômenos da globalização como crises, conflitos e entre outras coisas a questão de gênero.

Para Alison Woodward (2011), pensar a questão de gênero nas organizações internacionais também é repensar e redefinir os Direitos Humanos. Um exemplo vital de redefinição foi o Tribunal Internacional em The Hague no ano de 2011 e a formulação da resolução 1820 da ONU votada em 2008, que estipula que o estupro na guerra não será mais visto como um dano colateral, mas sim como um crime de guerra contra as mulheres. A participação do movimento das mulheres nos processos governamentais, tornam estas menos “movimento” e mais “organização” e acabam por se tornarem o que chama-se de “organizações de movimento social transnacional”. A concepção de “Gender Mainstreaming” que foi criada pela ONU em Beijing teve como objetivo oferecer uma visão mais pluralista que englobasse a diversidade entre homens e mulheres, mas como aponta Woodward (2011) “it seems that is very hard to apply the principle to their own activities and begin to use all their policies and not just social policy to pursue gender equality” (WOODWARD, 2011).

Partindo do pressuposto que a inserção das mulheres em missões de paz é uma abordagem essencialista de gênero, duas autoras apresentam seus respectivos pontos de vista sobre a ONU. Oliveira Simic (2010 apud REBELO, 2012) apresenta que a presença de mulheres em missões de paz serve apenas como um estímulo para se coibir “atos de má conduta perpetrados pelos soldados do sexo masculino. Nesse sentido, o aumento de mulheres reduziria a agressividade e a

hipermasculinidade, diminuiria as desigualdades existentes e ajudaria a promover uma agenda mais ampla de integração de gênero” (SIMIC, 2010 apud REBELO, 2012, p. 40). Este propósito apenas reforça o papel social generalizado da mulher como possuidora das características de pacificidade, caridade e acolhimento.

Susan Willett (2010, REBELO, 2012, p. 40) compartilha do mesmo pensamento e acrescenta que as estratégias de integração da mulher feitas pela ONU não produzem mudanças institucionais nem de mudança hierárquica de gênero nas operações de paz, visto que

A estratégia “Integração de Perspectivas de Gênero”, segundo a autora, tem sido aplicada dentro de estruturas de poder existentes, que perpetuam a noção de gênero como sinônimo de mulher. Sendo assim, os papéis das mulheres nos processos de paz continuam a ser idealizados – vítimas – e desvalorizados – serviços de apoio. Até o momento, “as mulheres têm sido apenas acomodadas nos espaços altamente masculinizados e militarizados das operações de paz”, sem que mudanças profundas sejam observadas (WILLETT, 2010, REBELO, 2012, p. 40).

Com relação a mulher nas Forças Armadas Nacionais e o seu papel nas Forças de paz internacionais, como apontado por Tamyá Rocha Rebelo (2012, p. 53), a entrada da mulher nas Forças Armadas é marcada pelos estereótipos de gênero no que diz respeito ao seu físico (fraca) e psicológico (pacífica) o que para as Forças Armadas seria um empecilho visto o âmbito de eminente conflito, sendo que ao contrário das mulheres, os homens estariam predispostos ao combate mediante a ligação do discurso político moderno à “masculinidade”, no qual as características valorizadas são a força física, a honra e a coragem. O que coloca a mulher em posição de submissão ao homem visto que esta precisa da sua proteção em meio a uma crise, ou também chamado de situação de conflito.

Mas atualmente se percebe

[...] notável a ascensão de algumas figuras femininas a cargos antes ocupados unicamente por homens, em espaços tradicionalmente masculinos. O desempenho delas uma vez em situações de relativo poder é igualmente relevante. Contrariando estereótipos de gênero enraizados no entendimento popular, algumas mulheres se destacam pela brutalidade e desafiam noções convencionais sobre a relação entre violência e gênero masculino e sobre o que é ser mulher (REBELO, 2012 p. 54).

A discussão entre mulher, guerra e Organizações Internacionais também aponta para outra conexão importante para o estudo que é entre “guerra, masculinidade e Estado moderno” (REBELO, 2012, p. 56). No qual o estudo de gênero reconhece o Estado-nação como resultado de conflitos e que devido a sua natureza institucionalizou-se as diferenças de gênero, no qual se reproduz a partir deste os estereótipos dos papéis sociais e no qual “os direitos e deveres do cidadão foram associados à capacidade de “pegar em armas” em prol da defesa da nação, ameaçada pelo inimigo militarizado” (STEANS, 1998 apud REBELO, 2012, p.81).

Os registros de mulheres em missões de paz datam desde o final da década de 50, sendo que no início da década de 90 houve uma grande mobilização feminista incentivando a causa da mulher na agenda social da ONU. No ano de 2000 o estudo *Women 2000: The role of Women in United Nations Peace-keeping* realizado pela Divisão de Avanço da Mulher tratava dos temas de gênero e mulher sendo que neste documento se defendia “a hipótese de que os soldados de sexo feminino possuem atributos e valores importantes para estabelecer a paz sustentável e duradoura” (REBELO, 2012, p. 63).

A crítica que às estas estratégias de equilíbrio de gênero da ONU é de que estas se baseiam na “reafirmação de estereótipos em relação à mulher e ao homem. No caso do gênero feminino, parte-se de uma visão essencialista, que predispõe a figura da mulher em categorias como “mulher-vítima”, “mulher-pacifista” e “mulher-conciliadora”” (REBELO, 2012, p. 79).

#### 4 ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES DA ONU SOBRE A PALESTINA

Esta parte começa demonstrando a importância que teve a resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU teve para as mulheres em âmbito internacional referente à busca pela igualdade de gênero e por conseguinte expor os dados acerca da mulher nas missões de paz, visto que os gráficos apresentados se configuram como um meio de comunicação de suma importância para a ampliação de informações e denúncias à comunidade internacional sobre a situação da mulher quanto à segurança e sua participação. Por último, a análise qualitativa das resoluções da ONU sobre a questão da Palestina por meio do NVIVO, apresentação dos resultados e considerações sobre a pesquisa.

A resolução 1325 emitida pelo Conselho de Segurança da ONU mostrou que “a comunidade internacional se preocupa com a igualdade de gênero e busca dar respostas às situações de insegurança e conflito violento” (REBELO, 2012, p. 88). A conjuntura global que permitiu esta mudança no discurso de segurança da ONU foi o período Pós Guerra Fria e a emergência de novos temas na agenda internacional, sendo assim a questão da segurança passa a não ser somente militar, mas também “humana”, no qual o indivíduo encontra-se no centro dos debates. Mas algo que Rebelo (2012, p. 89) ressalta acerca da resolução 1325 é que ela não possui caráter obrigatório e vinculante nos tratados internacionais, sendo assim não há nenhum instrumento jurídico internacional que fiscalize o cumprimento da resolução. Mas possui força normativa, por ter sido um documento do Conselho de Segurança aprovado unanimemente pelos Estados-membros de forma política e diplomática.

Para Rebelo (2012, p. 109) este documento é pioneiro na questão que envolve mulher, paz e Segurança e que articula os conceitos de gênero e mulher. E quanto às resoluções anteriores aponta que a

[...] ênfase excessiva nos padrões de violência contra elas simplifica a representação feminina em situações de conflito. Mesmo nas referências pontuais feitas às mulheres como combatentes ativas, elas são retratadas como aquelas que foram influenciadas” ou “obrigadas” a pegar em armas, sem vontade própria e interesses específicos na luta armada (REBELO, 2012, p. 109).

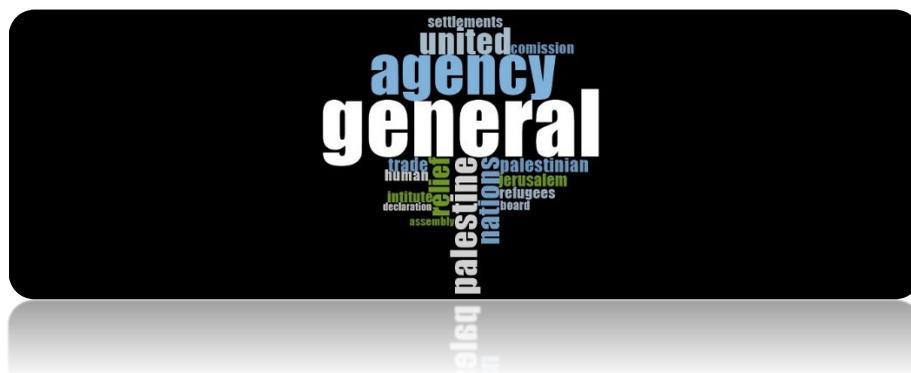
A análise qualitativa feita através do mecanismo de “frequência de palavras” do NVIVO, teve como objetivo ver quais palavras mais estavam presentes nas resoluções da ONU sobre a questão da Palestina de 1946 a 2013 e se alguma vez era citada a palavra mulher nas resoluções. As considerações que se chegaram foram preliminarmente que a palavra mulher não se encontrava em nenhuma das resoluções da ONU sobre a Palestina, sendo assim, minha constatação vai ao encontro do que Tamyá Rocha Rebelo (2012) relata em seu livro *Lentes de gênero para as missões de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas* que diz que

A documentação da ONU está centrada em um parâmetro que privilegia a referência à igualdade em relação aos indivíduos, deixando de lado discussões sobre os grupos. Nesse sentido, a definição de igualdade de gênero nos moldes das Nações Unidas parte de um entendimento que os indivíduos devem ser apreciados por eles mesmos, não por

características atribuídas aos membros de um agrupamento homogêneo e polarizado – nesse caso, homens e mulheres. Trata-se de um enfoque apresentado nos documentos de forma inquestionável e legitimado, principalmente, pela Carta das Nações Unidas (1945). (REBELO, 2012, p. 34)

Deste modo, percebe-se um discurso neutro da ONU com relação à questão de gênero, o seu foco é no indivíduo e até mesmo nas crianças, mas não no homem e na mulher. A partir da análise de “frequência de palavras” do NVIVO percebe-se que há um foco na Organização Internacional como ator central, pela maioria de palavras *nations* referente à *United Nations* e *general* referente à *General Assembly of the United Nations*. O que também demonstra a burocracia da Assembleia Geral, já que todas as novas resoluções revisam as anteriores. Há uma ênfase no “dever ser” da organização, por isso ela aparece tanto nas resoluções. Nas resoluções é notável que a ONU é consciente acerca do contínuo sofrimento humano resultado das hostilidades de junho e 1967 no oriente médio, já que os debates acerca da questão da Palestina aparecem várias vezes em um mesmo ano e em todos os anos, mas se percebe uma preocupação maior em dar assistência aos refugiados –*Agency*- do que resolver propriamente e de forma efetiva a questão da Palestina, eis que a palavra palestina é somente a quarta palavra que se repete mais nas resoluções.

FIGURA 1 – Nuvem de Palavras



A nuvem de palavras, dispositivo do NVIVO para “frequência de palavras” mostra que a ordem das palavras referentes à análise das resoluções da ONU sobre a Palestina se classificam em: 1º lugar: General (206) Assembleia geral; 2º: lugar Agency (139) agência de assistência; 3º lugar: Refugee (124); 4º Lugar: Palestina (70). As palavras maiores são as que aparecem mais vezes, por isso ganham destaque na figura.

## GRÁFICO 1

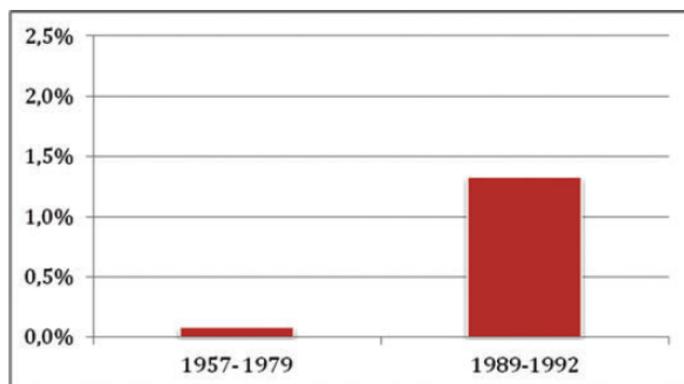


Gráfico 1: Percentual de mulheres nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas durante o período de 1957 a 1979 e 1989 a 1992

FONTE: (REBELO, 2012, p. 60)

O gráfico 1 demonstra o percentual de mulheres que participavam das missões de paz dentre o período de 1957 a 1979, no qual “do total de 6.250 militares atuantes em solo estrangeiro, aproximadamente cinco eram mulheres, o que traduzido em valor percentual equivale a 0,1% do pessoal em campo. As poucas participantes femininas ficavam geralmente alocadas nas unidades de saúde para atuar como enfermeiras e/ou médicas” (BEILSTEIN, 1995 apud REBELO, 2012, p. 59).

## GRÁFICO 2

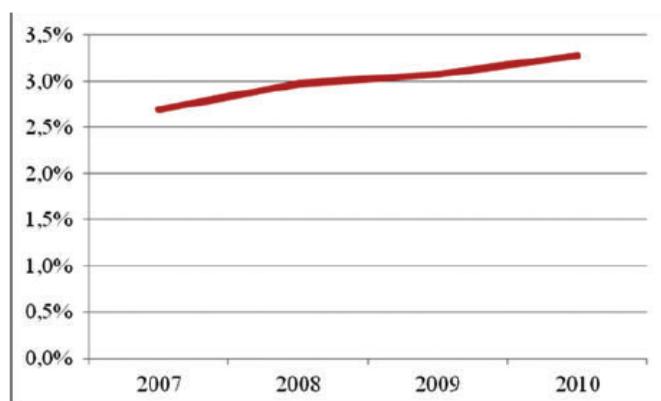


Gráfico 3: Percentual de mulheres militares em missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2007 a 2010

FONTE: (REBELO, 2012, p. 73)

GRÁFICO 3

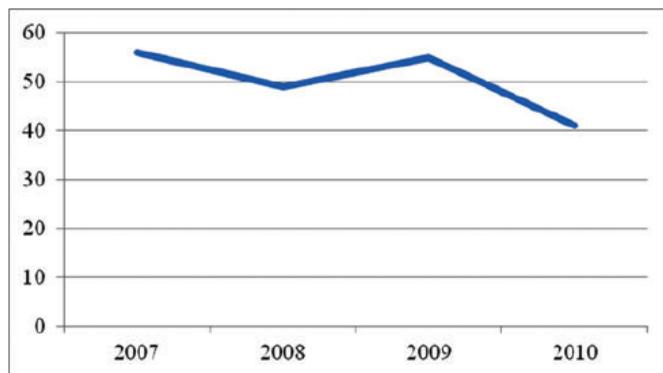


Gráfico 2: Alegações de abuso e exploração sexual contra militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2007 a 2010

FONTE: (REBELO, 2012, p. 74)

O gráfico 2 demonstra o aumento que se teve no número de mulheres em missões de paz de 2007 a 2010 e o gráfico 3 mostra que houve uma diminuição de abuso e exploração sexual contra mulheres das missões de paz. Mas a questão da diminuição dos abusos, pode ser contrariado, pois

Para que uma acusação contra o militar seja admissível em um processo de investigação, faz-se necessária a existência de provas substanciais. Em relação a casos de abuso e exploração sexual, mesmo que a investigação aponte evidências subjetivas – testemunhos de pessoas que viram o crime ser cometido – as vítimas em geral demoram a reportar o caso, por causa das ameaças de retaliação por parte do perpetrador e/ou da própria comunidade (REBELO, 2012, p. 74).

GRÁFICO 4

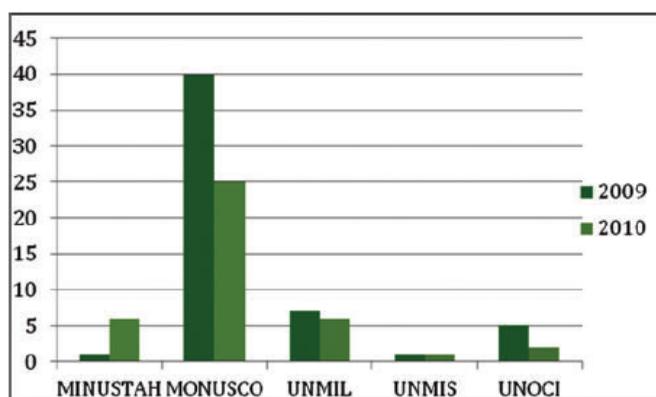


Gráfico 4: Alegações de abuso e exploração sexual contra militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2009 a 2010

FONTE: (REBELO, 2012, p. 75)

## GRÁFICO 5

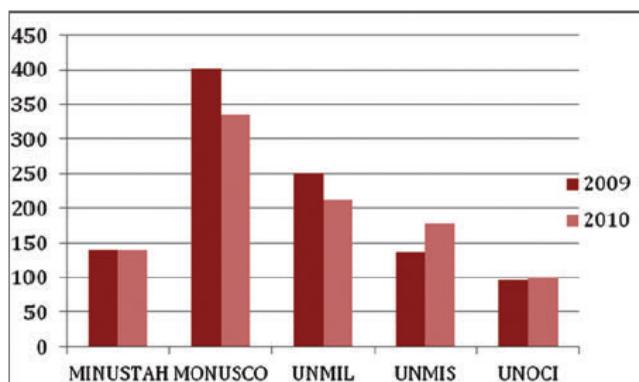


Gráfico 5: Participação feminina nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2009 a 2010

FONTE: (REBELO, 2012, p. 76)

Os gráficos 4 e 5 respectivamente mostram, o número de denúncias de abuso e exploração sexual nas missões de paz da ONU e o número referente a participação feminina nas missões de paz.

Comparando os dados disponibilizados pela ONU para os anos de 2009 e 2010, tem-se que as denúncias de casos de abuso e exploração sexual reduziram nas seguintes operações: Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo (MONUSCO), Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) e Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI). Para esse mesmo período, a quantidade de mulheres atuantes na MONUSCO e na UNMIL diminuiu e na UNOCI aumentou em torno de 4,16%. A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) apresentou mais casos de violência sexual em 2010, mantendo o mesmo número de mulheres em campo para os dozes meses analisados. Por fim, de 2009 a 2010, a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) apresentou um caso de abuso e exploração sexual, e a presença de mulheres cresceu aproximadamente 30% (REBELO, 2012, p. 75).

## GRÁFICO 6

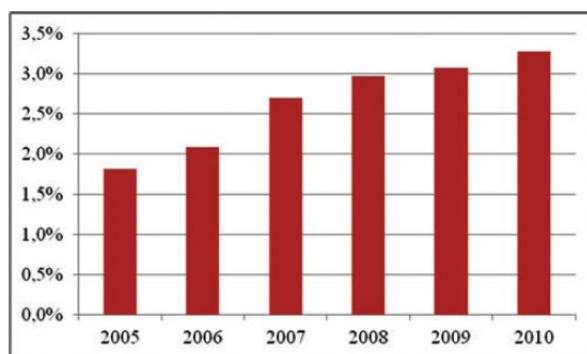


Gráfico 6: Percentual de mulheres nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2005 a 2010

FONTE: (REBELO, 2012, p. 78)

O gráfico 6 denota o avanço gradativo em termos números da participação de mulheres em missões de paz desde 2005, o que não significa que a igualdade entre os sexos foi alcançada, visto que como expresso por Helena Carreiras (2009), ingresso das mulheres nas forças armadas ainda utiliza-se do “olhar” masculino para explicar a construção da masculinidade nas forças militares. A autora explica que é somente a partir dos anos 70 que grande parte dos países do ocidente aderiu ao ingresso das mulheres às forças armadas, pois é quando começa a surgir relativa igualdade feminina frente aos seus pares masculinos. Mesmo assim ainda se encontra neste período, final do século XXI, muitos impasses ao ingresso da mulher nas forças armadas, como a exclusão das funções relacionadas ao combate, baixa representatividade em posições de poder e a problemática do *campus* militar que se apresenta à mulher com hostilidade, no qual as mulheres são representações da “discriminação cultural e da segregação ocupacional” (CARREIRAS, 2009, p. 170). Segundo a autora, a estereotipificação de gênero é que delega à mulher o caráter de feminilidade e paz e aos homens de masculinidade de guerra, sendo estes um dos principais motivos segundo o qual as mulheres não adquirem o caráter de combatente nas forças armadas.

## REFERÊNCIAS

ACKER, Joan. **Theorizing gender race and class in organizations**. In: JEANES, Emma. Handbook of gender, work, and organization.- Chichester, West Sussex : Wiley, 2011.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 5ª edição. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2013.

DAYAN-HERZBRUN, Sonia. **As mulheres e a construção do sentimento nacional palestino**. Cadernos pagu (4) 1995: pp. 173-186. CARREIRAS, Helena (2010). **O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas**. In Suzeley Kalil Mathias e Hector Saint-Pierre (orgs), Mulheres: Defesa e Diplomacia, São Paulo, Ed UNESP.

JEANES, Emma. **Handbook of gender, work, and organization**.- Chichester, West Sussex : Wiley, 2011.

KEOHANE, Robert. **Teoria das relações internacionais: contribuições a partir de uma visão feminista**. In: Oliveira, Odete Maria de. (Org.). Relações internacionais: a questão de gênero. Ijuí: Unijuí, 2011.

OLIVEIRA, O. M. de; SILVA, A. R. **Gênero como possível ator das relações internacionais**. In: Odete Maria de Oliveira. (Org.). Relações Internacionais: A Questão do Gênero. 1ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2011, v. 1, p. 23-82

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Gênero e Realismo Político: Uma Análise**. In: Oliveira, Odete Maria de. (Org.). Relações internacionais: a questão de gênero ISBN 9788574299174. Ijuí: Unijuí, 2011, p. 83-122.

PATEMAN, Carole. **The Disorder of Women The Disorder of Women Democracy, Feminism, and Political Theory**. 1989, 236 p.

REBELO, T. R. . **Lentes de gênero para as missões de paz : desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 160p .

SANTOS, Claudia. **O Interesse Feminista Corporificado na entrada da mulher no Parlamento**. Ius Gentium (Facinter) – Curitiba, ano 6, n. 11, p. 115-145, jan./jun2012.

SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos ; SANDES, Vítor de . **Gênero e política:** trajetórias de utopias possíveis. In: Odete Maria de Oliveira. (Org.). Relações internacionais: a questão de gênero. 1ed. Ijuí: Unijuí, 2010, v. 1, p. 8-35.

SAID, Edward W. **A questão da palestina.** São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

TADJBAKHSI, Shahrbanou, 1965 – **Human security:** concepts and implications / Shahrbanou Tadjbakhsh and Anuradha Chenoy.

TYLER, Melissa. **Postmodern feminism and organization studies :** a marriage of inconvenience?. In: JEANES, Emma. Handbook of gender, work, and organization.- Chichester, West Sussex : Wiley. 2011.

TICKNER.. J. ANN. ***You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists.*** 1997. Disponível em < <http://www.ic.ucsc.edu/~rlipsch/Pol272/Tickner.pdf>> Acesso em: 14 de abril de 2014.

WOODWARD. Alison E. **International Organizations and the Organization of Gender.** In: JEANES, Emma. Handbook of gender, work, and organization.- Chichester, West Sussex : Wiley, 2011.

